

Sistema Nacional de Integridade Portugal

Junho de 2011

Para mais informações:

integridade@transparencia.pt / integridade.transparencia.pt



Sistema Nacional de Integridade O problema

83 % dos portugueses considera que os níveis de corrupção aumentaram em Portugal nos últimos três anos (BGC 2010)

- Maior exposição mediática de escândalos envolvendo líderes políticos e altas figuras do sector financeiro
- Continuada ineficácia no combate à corrupção
- Descontrolo da dívida pública e contexto de crise



Sistema Nacional de Integridade O problema

- •A corrupção tem um impacto negativo na qualidade de vida dos cidadãos:
 - •É discricionária distorce o acesso a bens e serviços públicos
 - •É um imposto regressivo os cidadãos com os rendimentos mais baixos são os que mais pagam a factura da corrupção
- •A corrupção tem um impacto negativo na economia:
 - •Aumenta o custo das obras públicas e dos serviços e bens adquiridos pelo Estado
 - •Distorce o investimento privado e prejudica a livre concorrência
- •A corrupção tem um impacto negativo na legitimidade das instituições do Estado:
 - •Prejudica a confiança dos cidadãos nas instituições (gera cinismo)
 - •Reduz a capacidade de o sistema político responder às necessidades existentes



Sistema Nacional de Integridade O problema

Em teoria...

As democracias dispõem de mecanismos para limitar a corrupção que constituem os pilares fundamentais de um **Sistema Nacional de Integridade**.

Na prática...

O funcionamento destes pilares não tem sido exemplar, permitindo que a corrupção continue a manifestar-se com frequência a todos os níveis de governação.



A solução

Integrar uma iniciativa europeia de anti-corrupção sem precedentes

Objectivo geral do projecto Sistema Nacional de Integridade:

Avaliar a extensão e as causas da corrupção em Portugal, medindo a eficácia dos esforços nacionais de combate à corrupção, através de:

- Extensa análise documental;
- Realização de entrevistas a actores privilegiados;
- •Validação de indicadores de desempenho.



A solução

Objectivos específicos:

- •Identificar os pontos fracos e fortes do sistema de anti-corrupção em Portugal;
- Melhorar a compreensão dos riscos da corrupção;
- Apelar à acção anti-corrupção;
- Criar coligações nacionais e regionais multifacetadas;
- •Fortalecer as organizações da sociedade civil contra a corrupção



Abordagem e Metodologia

A abordagem de avaliação do SNI fornece uma estrutura que permitirá analisar:

- a extensão e as causas da corrupção em Portugal
- a eficácia dos esforços nacionais de combate à corrupção

Trata-se de uma abordagem consultiva que envolve os principais agentes de combate à corrupção no governo, sociedade civil, empresas e outros sectores relevantes.

Objectivo: Construção de vontade política e pressão cívica para iniciativas de reforma.



Abordagem e Metodologia

Pilares de análise: 13

Assembleia da República

Governo

Tribunais

Administração Pública

Ministério Público e Organismos de Investigação Criminal

Comissão Nacional de Eleições

Provedor de Justiça

Tribunal de Contas

Organismos Especializados de Combate à Corrupção

Partidos Políticos

Comunicação Social

Sociedade Civil

Sector Privado



Abordagem e Metodologia

A investigação centra-se na avaliação das **principais instituições públicas e actores não-estatais do sistema nacional de governança** no que diz respeito:

- à sua capacidade de intervenção, directa e indirecta, no combate e prevenção da corrupção
- aos seus sistemas de governança e procedimentos internos
- ao seu papel no sistema de integridade (relacionamento com demais pilares)

O estudo analisa:

- o quadro formal de cada instituição
- a prática institucional



Abordagem e Metodologia

Principais fontes de recolha de dados e informação:

- Revisão do enquadramento legal/penal vigente e das políticas anti-corrupção
- Realização de entrevistas com actores privilegiados: cerca de 3 por pilar (39)
- Realização de testes de campo (sempre que possível).



Promotores nacionais

Em Portugal o Estudo será desenvolvido por uma equipa composta por 10 membros e coordenada por Luís de Sousa, investigador do ICS-UL e Presidente da TIAC.

Actividades de investigação, disseminação e advocacia social: TIAC e INTELI Gestão financeira do projecto: ICS-UL



Equipa

Coordenação Científica

Luís de Sousa Coordenador Marcelo Moriconi Co-coordenador

Coordenação Técnica

Gualter Crisóstomo
Coordenador de Advocacia Social
Diana Reis
Gestora do Projecto

Investigadores

David Marques
Investigador Principal
Susana Coroado
Assistente de Investigação

Investigadores Convidados

Carla Bastos Luís Bernardo Manuel Castelo Branco Thierry Dias Coelho



Grupo de Aconselhamento

O Grupo de Aconselhamento é um quadro de especialistas, constituído por personalidades de vários quadrantes e peritos na área da corrupção e/ou no funcionamento dos pilares em análise.

Responsabilidades dos membros do Grupo de Aconselhamento:

- aconselhar na condução do projecto e na investigação, rever e comentar o relatório;
- reforço da legitimidade, disseminação e projecção dos resultados do projecto.



Grupo de Aconselhamento

Responsáveis pela revisão dos pilares: Paulo Trigo Pereira

André Freire

António Araújo

Pierre Guibentif António Costa Pinto

António Pedro Dores

Carlos Jalali

Conceição Gomes

Elena Burgoa

Gustavo Cardoso

João Triães

José Manuel Moreira

Manuel Meirinho

Marina Costa Lobo

Miguel Fernandes

Pedro Magalhães

Pedro Tavares de Almeida

Responsáveis pela promoção e divulgação do projecto:

António Cunha

Cândida Almeida

Isabel Corte-Real

Isabel Furtado

João Cravinho

José Rui Felizardo

Maria José Morgado

Sérgio Figueiredo

Sérgio Filipe



Publicações

- 1 Relatório nacional
- 6 Policy papers

Eventos

- Workshop com stakeholders
- Lançamento do Relatório Nacional
- Conferência europeia de apresentação do projecto
- Mesas redondas
- Escola de Verão













Prevention of and Fight against Crime
With financial support from the Prevention of and Fight against Crime Programme
European Commission - Directorate-General Home Affairs